

Atas das 4^{as}

CONFERÊNCIAS DO MUSEU DE LAMEGO / CITCEM

2016  15 de julho

VINDOS DE LONGE



ESTRANGEIROS NO DOURO

ATAS das 4^{as}

CONFERÊNCIAS DO MUSEU DE LAMEGO /CITCEM – 2016

VINDOS DE LONGE. ESTRANGEIROS NO DOURO

Disponível online em www.museudelamego.pt

ABREVIATURAS

CI&DETS – Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da FLUP

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

MON - CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, Lyon

DL – Diocese de Lamego

DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte

ESTGL – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – Instituto Politécnico de Viseu

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FLUP-CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IPP – Instituto Politécnico do Porto

ML – Museu de Lamego



ORGANIZAÇÃO

ML-DRCN / CITCEM- FLUP

AUTORES

Amândio Barros (CITCEM; IPP)
Didiana Fernandes (ESTGL; CI&DETS)
Fátima Matos (FLUP/CEGOT)
Gaspar Martins Pereira (CITCEM)
Maria do Carmo Serén (CITCEM)
Mário Jorge Barroca (CITCEM)
Pedro Pereira (CITCEM/MOM-CNRS)

CONCEÇÃO E COMPOSIÇÃO GRÁFICA

Pe. Hermínio Lopes (DL)

IMAGEM DE CAPA

"Rio Douro"; Cónego José Correia de Noronha; 2ª metade de século XX © Museu de Lamego - Direção Regional de Cultura do Norte

EDIÇÃO

Museu de Lamego - Direção Regional de Cultura do Norte

DATA DE EDIÇÃO

Dezembro de 2016

e-ISBN

978-989-99516-2-4

O conteúdo dos textos, direitos de imagem e opção ortográfica são da responsabilidade dos autores.



R CULTURA
Δ NORTE



APOIOS

Liga dos Amigos do Museu de Lamego
Diocese de Lamego
Município de Lamego
Hotel Lamego
SoltaGiga
Casa de Santo António, Britiande
ESTGL - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Lamego

MUÇULMANOS E CRISTÃOS NO DOURO PORTUGUÊS (SÉC. VIII-XI)

Mário Jorge Barroca

DCTP-FLUP / CITCEM

Resumo:

Entre os séculos IX e XI o vale do Douro assumiu-se como espaço de fronteira, ora controlado por muçulmanos, ora controlado por cristãos. A situação apenas conheceria uma evolução definitiva nos meados do século XI, com as campanhas militares de Fernando Magno, que culminaram com a conquista de Coimbra (1064). Nesta conferência são abordados alguns testemunhos da presença islâmica no vale do Douro, auscultando-se fontes documentais coevas (das crónicas muçulmanas aos registos analísticos cristãos), testemunhos toponímicos e vestígios arqueológicos, numa tentativa de aproximação a tempos remotos e conturbados, normalmente silenciados na memória histórica.

Palavras-chave:

Muçulmanos – Cristãos – Vale do Douro - Reconquista

Abstract:

Between the 9th and 11th centuries, the Douro valley became a frontier space, sometimes controlled by Muslims, others by Christians. The situation would only have a definitive evolution in the middle of the 11th century, with the military campaigns of Fernando Magno, which culminated with the conquest of Coimbra (1064). In this conference, some testimonies of the Islamic presence in the Douro Valley will be analyzed, whilst considering Muslim and Christian chronicles, toponymical testimonies and archaeological remains, in an attempt to approach remote and troubled times, usually silenced in collective memory.

Keywords:

Muslims – Christians – Douro Valley – Reconquest

Nota biográfica:

Mário Jorge Barroca

É doutorado em Arqueologia e Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Ciências e Técnicas do Património). É investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), unidade de I&D 4059 da FCT. Os seus interesses de investigação centram-se na área da Arqueologia Medieval, abrangendo o estudo da arquitectura militar (castelos medievais e fortificações modernas), do armamento medieval, da arquitectura senhorial (particularmente as residências senhoriais fortificadas), dos vestígios funerários e da Epigrafia Medieval portuguesa, embora também com incursões nos domínios da arquitectura religiosa (pré-românica e românica) e da iconografia. É autor de mais de 130 estudos (entre livros e artigos de especialidade), de entre os quais de salientam: *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000; *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002 (em colab. com Carlos Alberto Ferreira de Almeida); *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003 (em colab. com J. G. Monteiro e L. M. Duarte); *A Condessa-Rainha Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012 (em colab. com Luís Carlos Amaral); *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 2012 (Coord. de Jorge de Alarcão e Mário Barroca); e *Paço de Giela. História de um Monumento Arcos de Valdevez*, 2015 (Coord. de José Augusto Pizarro e Mário Barroca).

A presença muçulmana nas duas margens do vale do Douro português, entre os inícios do século VIII e os meados do século XI, tem sido um tema quase esquecido na historiografia portuguesa. Os testemunhos, documentais e arqueológicos, da presença muçulmana são substancialmente mais importantes nas áreas mais meridionais do território português, sobretudo a região de Lisboa e o espaço a Sul do rio Tejo, zonas que têm conseguido cativar o interesse dos investigadores nacionais. Só muito recentemente a atenção destes começou a incidir sobre o espaço compreendido entre os rios Tejo e Douro⁸. E só de forma ainda mais esparsa incidiram sobre o território a Norte do Douro, onde os achados são muito escassos⁹. O tema está, por isso, longe de ser fácil. Mas vale a pena olhar com alguma atenção os dados que, ainda que de forma muito lacunar, nos podem ajudar a compreender a importância da presença muçulmana no vale do Douro.

A chegada das forças muçulmanas ao vale do Douro, na esteira da invasão de 711, ocorreu seguramente ainda na segunda década do século VIII. Em *La conquista de al-Andalus (Fath al-Andalus)*, regista-se que as campanhas de Tariq Ibn Ziyad atingiram, ainda em 711-712, o Noroeste da Península:

*De allí regresó a Toledo, para posteriormente acometer contra territorio de Yilliqiya, llegando hasta la ciudad de Astorga. Luego retorno a Toledo – esto ocurría en el año 93 [711-712] – y permaneció allí hasta la llegada de Musa b. Nusay*¹⁰.

A *Yilliqiya* era a designação dada pelas fontes muçulmanas ao território da Galiza, tomado numa acção lata, correspondente grosso modo ao Noroeste Peninsular, normalmente a Norte do Douro.

A cidade de Astorga foi atingida em 714 e sabemos que a zona da Beira, em torno de Coimbra e de Conímbriga, já estava dominada em 716. Por isso, podemos assumir que o espaço do vale do Douro português deve ter sido alcançado pelos exércitos muçulmanos logo nessa primeira década de presença islâmica na Península, incluindo o controle de *Burtukal*, o pequeno burgo episcopal da foz do rio.

8 Algumas reuniões científicas recentes espelham este novo interesse. Cf. BARROCA & FERNANDES, 2005 ou DE MAN & TENTE, 2014, mas também algumas comunicações apresentadas no congresso de Aljezur – GOMES, GOMES & TENTE, 2011.

9 Cf. BARROCA & SANTOS, 2006: 310-317; CARNEIRO & GOMES, 2005: 108-111, 163-164 e 191-192.

10 *Fath al-Andalus*, 2002: 16-17.

Durante século e meio esta zona permaneceu sob domínio muçulmano, numa primeira fase confiada sobretudo a comunidades de origem berbere. Estas viram sempre com algum desconforto a forma como se realizara a repartição dos espaços peninsulares, com os territórios economicamente mais interessantes a serem atribuídos aos árabes. As rivalidades entre as duas etnias foram-se acentuando e as fontes documentais árabes não escondem as reservas com que os berberes eram olhados pelos árabes, como se reflete no *Fath al-Andalus*:

*Los beréberes infieles son los piores infieles, pues no son gente del Libro ni están sujetos a la ley divina. Asimismo, los beréberes musulmanes son los peores musulmanes. La mayoría de ellos son una desgracia.*¹¹.

Em 741 eclodiu a revolta berbere na *Yilliqiya*:

*Pero los beréberes también comenzaron a mostrarse insolentes con los árabes en al-Andalus (...). En al-Andalus se levantaron contra los árabes que vivían en Yilliqiya, Astorga y las ciudades de más allá de los desfiladeros, los combatieron y los expulsaron, porque los beréberes eran numerosos en esos lugares y pocos los árabes.*¹².

A centúria que medeia entre os meados do século VIII e os meados do século IX é particularmente parca em notícias documentais para o Noroeste peninsular e para o vale do Douro português. Mas há dois testemunhos para os quais gostaríamos de chamar a atenção.

O primeiro diz respeito a três documentos do século X, balizados entre 944 e 990, que se reportam a uma povoação de nome Aldoar e a localizam “*subtus castró Mafamudi*”¹³, sob o “*monte Mahamudi*”¹⁴ ou sob o “*mons Mahamut*”¹⁵, sempre no “*territorio portucalense*”. A. de Almeida Fernandes e Carlos Alberto Ferreira de Almeida identificaram esse topónimo com Aldoar, na cidade do Porto¹⁶. Domingos A. Moreira, no seu *corpus* documental das freguesias da Diocese do Porto, iniciou a ficha relativa à paróquia de S. Cristóvão de Mafamude (Vila Nova de Gaia) com o diploma de 1100¹⁷, evitando as referências documentais do

11 *Fath al-Andalus*, 2002: 44-45.

12 *Fath al-Andalus*, 2002: 42-43.

13 PMH, DC 54 = LP 526, de 944.

14 PMH, DC 156 = LP 208, de 989.

15 PMH, DC 159 = LP 366, de 990.

16 Cf. FERNANDES, 1962: 198; ALMEIDA, 1978: 38 (nº 96) (onde se referem apenas dois diplomas, PMH DC 156 e 159).

17 PMH, DC 950.

século X¹⁸. Mas, no verbete relativo a S. Martinho de Aldoar (Porto), exarou o pergaminho de 944¹⁹, não tendo portanto dúvidas em o associar à povoação da margem direita do Douro²⁰. Posição distinta tiveram José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, que identificaram o *Castro Mafamudi* com Mafamude, em Vila Nova de Gaia²¹, opinião também perflhada por J. A. Gonçalves Guimarães²². Pela nossa parte, em estudo recente, optamos pela identificação com Aldoar, povoação hoje incorporada dentro do espaço urbano da cidade do Porto²³. De forma muito sintética, diríamos que os autores que optaram por identificar o *Castro Mafamudi* do século X com Mafamude (Vila Nova de Gaia), valorizaram a existência da povoação com aquele nome em Vila Nova de Gaia e o facto de não se conhecer o topónimo Mafamude na zona de Aldoar (Porto). E que aqueles que preferiram localizar o *Castro Mafamudi* junto a Aldoar, na margem Norte do Douro, valorizaram a inexistência do topónimo Aldoar na zona de Vila Nova de Gaia. Pela nossa parte, aceitamos a sua localização na margem Norte do Douro tendo em atenção o facto de, no diploma de 944, se indicar o orago da igreja a que se reportava o pergaminho: “... *ecclesiam vocabulo Sancti Martini Episcopi et Sancti Michaeli Archangeli in villa que vocitant Alduarrii fluvio Dorio territorio portugalensis subtus Castro Mafamudi ...*”²⁴.

Como o orago de Aldoar (Porto) é, ainda hoje, S. Martinho, parece-nos seguro que o diploma se reportava a esse templo. Mafamude tem por orago S. Cristóvão e, nas suas imediações, mais próximas ou mais afastadas, não se conhece o topónimo (ou micro-topónimo) Aldoar. E como não conhecemos casos de povoações da margem Norte do Douro que estivessem dependentes de castelos implantados a Sul do rio, para mais separadas por uma distância considerável²⁵, parece-nos que se deve equacionar a possibilidade de ter havido um castro assim designado na margem Norte do Douro, nas imediações de Aldoar. Atente-se que

18 MOREIRA, 1985/1986: 115. No entanto, a povoação de Mafamude (Vila Nova de Gaia) já se documenta em 922 – cf. PMH, DC 25.

19 PMH, DC 54.

20 MOREIRA, 1974: 40 (da separata).

21 MATTOSO, KRUS & ANDRADE, 1993: 79 e 84.

22 GUIMARÃES, 2014: 5-24, nota 12.

23 BARROCA, 2016 (no prelo).

24 PMH, DC 54 = LP 526.

25 Aldoar fica, em linha reta, a 7,60 km de Mafamude.

cartografias antigas da área urbana do Porto – nomeadamente a “*Planta do Porto*” de c. 1806-1809, reeditada pela “Lith. da Academia Real das Sciencias”²⁶ – mostram a presença de uma elevação ao lado da Igreja de S. Martinho de Aldoar, hoje parcialmente anulada pelo desenvolvimento urbano da zona. Estaria ela relacionada com o *Castro Mafamudi*? Ou seria ele um pouco mais afastado? Não muito longe, em Nevogilde, existe hoje a “Rua do Castro” ...

A designação *Castro Mahamudi* radica num antropónimo de indiscutível origem muçulmana. David Lopes demonstrou, em 1902, ter derivado do nome do Profeta²⁷. Quem era, então, este *Mahamud* já mencionado na toponímia do século X? Joseph Maria Piel identificou a origem do topónimo com o berbere *Mahamud ibn Abd al-Djabbar* que, chefiando a revolta de Mérida, em 833, contra o poder de Abd al-Rahman II, seria mais tarde derrotado pelos exércitos emirais na zona de Lisboa, tendo procurado refugio no Norte da Península²⁸. Estes últimos acontecimentos terão ocorrido no ano de 839, quando Mahamud se viu obrigado a fugir do Garb al-Andalus para a *Yilliqiya* (a “Galiza”, ou seja, o Norte cristão). Afonso II, o Casto, recebeu-o e entregou-lhe um castelo que, segundo fontes documentais muçulmanas, estaria situado entre o Porto e Lamego, “na região do Douro, em direção ao Atlântico”. Portanto, na extrema dos territórios cristãos. Ibn Hayan, no *al-Muqtabis II*, diz que:

... *Mahmud marchó hacia el, hasta llegar a su capital en Gilliqiyaah, donde Alfonso le acogó, honró e regalo com largueza, instalándolo en la fortaleza que hoy lleva su nombre, en la frontera, cerca del llano que da a territorio musulmán, donde lo coloco, como protección de sus súbditos y barrera de su tierra. Allí se estableció Mahmud, e hizo medrar la zona, donde se sintieron tranquilos com respecto a él los cristianos, prosperando el entorno y haciendose fortalezas y aldeas en los alrededores: así permaneció el durante unos pocos años ...*²⁹.

No entanto, tendo-se arrependido, Mahamud contactou de novo Abd al-Rahman II solicitando que o recebesse outra vez nas suas terras do Sul. Afonso II, o Casto, sabendo da traição, cercou-o no castelo de Mahamud, onde o caudilho muçulmano acabaria por

26 ANDRADE, 1943: 87-92. A Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar disponibilizado na Biblioteca Digital – Planta do Porto [arredores], cota CC-279-P2 (<http://purl.pt/1528/3/>).

27 LOPES, 1968: 28.

28 PIEL, 1951: 283-286.

29 IBN HAYAN, 2001: 183r e 304-305.

falecer, em maio de 840.

Para além dos dados coligidos no estudo de Joseph Maria Piel³⁰, a biografia de Mahamud ibn Abd al-Djabbar foi completada com novos elementos compilados por Harold Livermore³¹ e, mais recentemente, por J. A. Gonçalves Guimarães³².

Sublinhemos, ainda, que na região do Porto e de Vila Nova de Gaia, assim como no vale do Douro, sobrevivem vários topónimos cuja raiz radica no antropónimo *Mahamud*: para além de *Mahamut / Mafamudi* (Aldoar, Porto) (topónimo hoje desaparecido) e da conhecida vila de Mafamude (Vila Nova de Gaia), que aqui tratamos, registemos *Mafomedes* (St^a. Marta de Penaguião) e *Mafamudes* (Resende), e ainda *Moumis* (Paús, Resende), que um diploma de 946 designava como a *villa Mahmutis*³³.

O segundo testemunho para o qual gostávamos de chamar a atenção é para o topónimo *Arrábida*, como se sabe um derivado de *ar-râbita* (oratório) ou de *ar-ribât* (estrutura de tipo “monástico” destinada a cavaleiros sufis que se dedicavam à oração e à *jihad*)³⁴. Na Península Ibérica conhecem-se, por referência documental, vários *ribâts*, sobretudo concentrados na orla mediterrânica, na costa do *Sharq al-Andalus*. Mas, do ponto de vista dos testemunhos arqueológicos, os vestígios identificados são substancialmente mais escassos. Destacam-se duas estruturas arqueológicas sumamente importantes: o *ribât* de las Dunas de Guardamar (Alicante), integralmente escavado por Rafael Azuar Ruiz, com uma cronologia fundacional em torno dos finais do séc. IX e primeira metade do séc. X³⁵; e o *ribât* de Arrifana, na Ponta da Atalaia (Aljezur), uma estrutura que tem vindo a ser escavada por Rosa e Mário Varela Gomes e que se encontra ligada à revolta de Ibn Qasi, pertencendo, portanto, aos meados do século XII e tendo provavelmente sido abandonada na sequência do assassinato daquele sufi em 1151³⁶. Em Portugal existem vários topónimos diretamente relacionados com *ribâts* como a Serra da Arrábida (junto a Palmela) e o topónimo Arrábida (no concelho de Al-

mada). No Norte de Portugal encontramos um núcleo muito interessante de topónimos derivados destas estruturas de *jihad*, significativamente todos concentrados nas duas margens do Douro. O primeiro é o morro da Arrábida (no Porto), junto do qual foi construída a ponte que leva o seu nome. Em Castelo de Paiva encontramos a pequena povoação de Raiva, que em 1062 era designada *Arrabia*³⁷. E, um pouco mais a montante do rio, encontramos o micro-topónimo *Arribada*, que era a antiga designação da atual povoação de Boassas (Cinfães), não muito longe de Porto Antigo, um dos ancestrais locais de passagem do rio Douro.

Em relação ao primeiro caso, o topónimo portuense *Arrábida* corresponde a um destacado morro granítico que define uma pequena plataforma ovalada sobranceira ao vale do rio Douro, estando bem memorizado na toponímia urbana portuense (Rua e Travessa do Alto da Arrábida, Rua e Travessa da Arrábida, Calçada da Arrábida). A morfologia do morro e a sua implantação, permitindo um controle eficaz do curso terminal do Douro, sugerem a possibilidade de estarmos perante um *ribât* da primeira fase da expansão muçulmana, a exemplo de vários outros *ribâts* que foram criados na orla do Mediterrâneo ocidental³⁸. Valeria bem a pena que, num momento em que se aproximam importantes obras de urbanização nessa zona, que terão consequências irremediáveis, o Gabinete de Arqueologia Urbana (GAU) da Câmara Municipal do Porto não deixasse escapar esta derradeira possibilidade de esclarecer a origem deste topónimo.

Como se sabe, no terceiro quartel do século IX, aproveitando uma conjuntura política e militar favorável, as forças cristãs conseguiram voltar a controlar o espaço do vale do Douro. Esse processo apoiou-se em três momentos fulcrais. Em 868 deu-se a presúria de *Portucale* pelo conde Vímara Peres³⁹, em 872 a presúria de Chaves pelo conde Odoário⁴⁰ e, em 878, a presúria de Coimbra pelo conde Hermenegildo⁴¹.

37 PMH, DC 433.

38 Sobre a criação de uma rede de *ribâts* nos finais do séc. IX veja-se AZUAR RUIZ, 2005: 147-159.

39 “... *Era DCCCCVI premditus est Portucale ad Vimarani Petri...*” (PMH, Script., p. 20).

40 “... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso; qui venit in civitate Flavias, secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit, et civitatis munivit, et villas populavit ...*” (Doação ao Mosteiro de Celanova, de 1 de Outubro de 982).

41 “... *Era DCCCCXVI premdita est Conimbria ad Ermegildo Comite...*” (PMH, Script., p. 20).

30 PIEL, 1951: 283-286.

31 LIVERMORE, 1980: 145-152.

32 GUIMARÃES, 1989: 107-118.

33 PMH, DC 56. Cf. LIMA, 2010-2011: 96.

34 Sobre a arquitectura dos *ribâts* veja-se AZUAR RUIZ, 2004: 23-38.

35 Entre uma bibliografia mais numerosa, veja-se, por todos, AZUAR RUIZ, 2004a.

36 GOMES & GOMES, 2007.

É provável que, depois da presúria do Porto (868) e antes de as forças cristãs terem assumido o controle de Coimbra (878), os exércitos muçulmanos tivessem organizado algumas expedições contra o Norte, procurando restabelecer a ordem anterior. É o que nos sugere uma breve passagem do *al-Bayano al-Mugrib*, de Ibn Idari, que regista que, em 877, Ibn Malik penetrou nos territórios setentrionais pela “Porta de Coimbra”, com um exército de recrutas deslocado propositadamente para o Ocidente da Península, só tendo retirado depois de ter saqueado toda a zona⁴². Mas a presúria de Coimbra, logo no ano seguinte, acabaria por diminuir substancialmente a pressão dos fossados muçulmanos sobre os territórios do Norte.

O ritmo de progressão das forças cristãs ao longo da fachada atlântica – passando do vale do rio Minho (controlado pela presúria de Afonso Betotes, em 854) para o vale do Mondego (controlado em 878 pelo conde Hermenegildo) – contrasta fortemente com o avanço das forças cristãs na zona do vale do Douro leonês e castelhano, onde Zamora só foi controlada em 893, Simancas em 899, Toro em 900 e Burgo de Osma em 912. E mais ainda se considerarmos a zona da Catalunha e do vale do Ebro, onde a fronteira estacionou durante muitas décadas.

As três presúrias realizadas em nome de Afonso III das Astúrias no extremo ocidente da Península deram origem a duas grandes unidades políticas – os condados Portucalense e Conimbricense. E, na sua esteira, outros locais passaram a ser controlados pela monarquia asturiana: Braga passaria para a sua alçada cerca de 870, Guimarães seria fundada antes de 879, Lamego e Viseu encontram-se sob domínio da coroa de Oviedo antes de 881. O controle destes lugares centrais implicava, obviamente, o controle de outros pequenos lugares dentro da sua área de influência.

Na zona do vale do Douro, que aqui nos interessa especialmente, registemos a presúria da *villa Sonosello* (hoje Stº. André de Souselo, Cinfães), por *Cartemiro* e *Astrilli*, em 870:

...in ecclesia vocabulo Sancte Eolalie Virginis fundata in villa Sonosello de presores de ipsa villa ... Ego Cartemiro et Astrilli una cum filiis meis fundavi eclesiam in nostro casale proprio exepre de nostros heredes vocabulo Sancti Salvatoris Sancti Andree Apostoli Sancte Marie Virginis et Sancti Thome Apostoli Sancti Petri Apostoli et Sancte Leocadie et Sancte Christine Virginis ... que

*habuimus de presuria que preserunt nostros priores cum cornu et cum alvende rege ...*⁴³.

Como o diploma explicita, esta presúria foi feita com o corno e com o albende de Afonso III - ou seja, tocando-se o olifante, para o chamamento, e exibindo-se o estandarte do monarca -, seguindo-se um modelo típico da apropriação de espaços povoados que passaram a responder perante uma nova entidade senhorial.

Como já tivemos ensejo de sublinhar em diversos estudos nossos, as presúrias dos séculos IX e X foram acompanhadas por uma reorganização do território que, para além da formação das grandes unidades políticas condais já mencionadas – os condados de *Portucale* e de Coimbra –, contemplou ainda a criação de *civitates*, territórios de dimensão variável controlados a partir de uma estrutura fortificada. Este novo modelo foi implementado em zonas consideradas estrategicamente mais sensíveis e importantes. E, neste sentido, o vale do Douro foi considerado uma zona nevrálgica. A primeira a ser criada – ou, pelo menos, a primeira de que temos conhecimento documental – é a *civitas Anegia*, cuja sede militar se localizava na Srª. da Cidade (Eja, Entre-os-Rios). O primeiro diploma que lhe diz respeito remonta a 875, quando a igreja de S. Martinho de Soalhães (Marco de Canavezes) foi localizada sob sua alçada⁴⁴. Sete anos volvidos, a *villa* de Lordosa (freg. de Rans, conc. de Penafiel), presuriada pelos moçárabes *Muzara* e *Zamora* no ano de 882, foi igualmente localizada na dependência de Anégia: “... cuius basilica fundamus in villa quod vocitant lauridosa inter ambas annes kavaluno et cebrario subttus monte petroselo territorio anegrie...”⁴⁵.

Entre os séculos IX e XII conhecem-se algumas dezenas de referências documentais que tornam o território de Anégia no melhor exemplo para abordar este tipo de unidades espaciais de matriz asturiana⁴⁶.

A montante da *civitas Anegia* ficava o território da *civitas Aliovirio* (Cidadelhe, Mesão Frio), documenta-

43 PMH, DC 6, de 870.

44 PMH, DC 8, de 875.

45 PMH, DC 9, de 882.

46 Apesar de ser indicada como “não identificada” na mais recente edição das *Crónicas Asturianas*, a *civitas* de Anégia é hoje bem conhecida na bibliografia portuguesa. Veja-se, entre outros, AZEVEDO, 1898: 208-215; BARROS, 1954: 255-263; ALMEIDA & LOPES, 1981-1982: 131-133; BARROCA, 1990-91: 92 e ss.; LIMA, 1999: 399-413; BARROCA, 2003: 69-72; BARROCA, 2004: 181-203; SANTOS, 2005.

da em 922⁴⁷. O local teve ocupação ancestral, desde a Idade do Ferro, e aparentemente de uma forma quase contínua. Foi sede de paróquia, mencionada no Paroquial Suévico do séc. VI, e conheceu uma *ceca* efémera, com cunhagem aurífera durante o reinado de Suintila (621-631). Nos inícios do séc. X mantinha alguma importância, tendo sido escolhida para sede de *civitas*. O local teve intervenção arqueológica dirigida por Armando Coelho Ferreira da Silva, que identificou a base de uma potente torre em xisto e que sugeriu ter sido aqui o local onde se reuniu a *congregatio magna* que delimitou o espaço da diocese de Dume em 911⁴⁸.

Para além de *Anegia* e de *Aliovirio*, houve outras *civitates* ao longo do vale do Douro: seguramente *Portucale*, sede do território condal, mas também Santa Maria da Feira (estruturada no século X, antes de 972) e Lamego (já mencionada nas crónicas asturianas, redigidas por volta de 881). É no âmbito deste processo político-militar que se deve enquadrar o nosso primeiro encastelamento, com o aparecimento das primeiras referências documentais a castelos e a sua multiplicação ao longo do século X. Como também já sublinhamos noutros estudos, o primeiro encastelamento do território hoje português é essencialmente um fenómeno do chamado Douro Litoral, isto é, do espaço compreendido entre o Ave e as duas margens do Douro. Um fenómeno que espelha a consolidação de um espaço de fronteira, reestruturado com particular atenção pela coroa asturiana⁴⁹.

A partir da década que medeia entre 868 e 878, o vale do Douro, pelo menos no seu curso até ao Côa, ficou sob controle das forças cristãs. Nos limites orientais do território cristão, no espaço correspondente ao interflúvio entre o Távora e o Côa (portanto, no espaço a oriente do território da *civitas* de Lamego), floresceram dez castelos de iniciativa e de posse condal, referidos na célebre doação de D. Flamula (ou Chama) Rodrigues ao Mosteiro de Guimarães, datada de 960⁵⁰. Mas não se pense que o afastamento, político e militar, dos muçulmanos do vale do Douro português ditou o fim dos contactos entre as duas civilizações. O

candil califal recolhido em Pedrantil, na freguesia da Croca (concelho de Penafiel), e que tipologicamente pode ser datado de c. 930, revela que os contactos se mantiveram, quanto mais não fosse por via das trocas comerciais⁵¹.

O controle cristão do espaço entre o Douro e o Mondego não estava, no entanto, definitivamente assegurado. Com efeito, o Condado Conimbricense, instituído em 878, cedo começou a ser objeto de investidas muçulmanas. As fontes muçulmanas registaram algumas dessas incursões que passaram silenciadas nos anais cristãos. Em 915-916, Abd al-Rahman III atacou Coimbra⁵², regressando à cidade do Mondego uma década mais tarde, em 925⁵³. Trancoso seria atacada pelo vizir Yahyà ibn Ishaq em 936⁵⁴. E os documentos cristãos registaram, em 975, uma incursão muçulmana que foi responsável pela destruição da Igreja de Stº Estêvão de Moldes (Arouca)⁵⁵. Mas o golpe final seria consumado com as sucessivas campanhas militares organizadas por Muhamad ibn Abi Amir, conhecido pelo cognome de *al-Mansur*. Depois de ter empreendido a reforma da estrutura do exército muçulmano, al-Mansur organizou uma série de expedições militares das quais, fazendo jus ao seu cognome, saiu sempre vitorioso. O elenco mais completo encontra-se no *Dikr bilad al-Andalus*, preciosa fonte documental que conheceu edição pela mão de Luís Molina, onde se arrolam 56 campanhas militares⁵⁶. Retenhamos apenas as que interessam para o espaço hoje português.

Em 981, numa campanha que se prolongou por quase um mês, entre 29 de Outubro e 22 de Novembro, al-Mansur atacou Trancoso e Viseu⁵⁷. Entre 11 de Setembro e 15 de Outubro de 986 investiu contra Condeixa e Coimbra⁵⁸. Na Primavera do ano seguinte, entre 4 de Março e 8 de Abril, lançou novo ataque contra Coimbra⁵⁹. Finalmente, a 28 de Junho do mesmo ano atacou de novo Coimbra, tendo conseguido

47 PMH, DC 25. Cf. LIMA, 2010-2011: 93.

48 PMH, DC 17. Cf. SILVA, 1986: 274, nota 100. Temos, no entanto, algumas dúvidas sobre esta identificação, uma vez que o diploma refere que os vários bispos e magnates que estavam presentes na *congregatio* se dirigiram para o terreno e percorreram os limites da diocese de Dume, o que parece sugerir que a reunião teve lugar nas proximidades de Braga.

49 BARROCA, 2004: 181-203.

50 PMH, DC 81. Cf. BARROCA, 1990-1991: 94-98; BARROCA, 2004: 190-192; BARROCA, 2003: 95-103.

51 BARROCA & SANTOS, 2006: 310-317.

52 IBN HAYAN, 1981: 103.

53 IBN HAYAN, 1981: 259.

54 IBN HAYAN, 1981: 285.

55 PMH, DC 746 = CMM 10, de 1091.

56 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983. Apesar dos esforços para identificar, o autor deste relato continua a ser desconhecido - vd. MOLINA, 2015: 259-272.

57 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 198.

58 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 199.

59 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 199.

conquistar a urbe e pondo termo ao Condado Conimbricense⁶⁰. O fim deste Condado, ao cabo de 109 anos de existência, não significou o controle militar de todo o seu espaço de influência. Com efeito, al-Mansur continuou a organizar campanhas militares incidindo sobre o Ocidente peninsular, revelando que esta zona geográfica estava longe de poder ser considerada controlada. Em Dezembro de 990 investiu contra o castelo de Montemor-o-Velho, que conseguiu conquistar a 2 de Dezembro desse ano⁶¹. Mas o domínio muçulmano em Montemor-o-Velho não se prolongou por muito tempo e no ano 1000 o caudilho muçulmano viu-se obrigado a voltar a organizar uma campanha contra esta fortificação⁶². É em consequência destas sucessivas razias que uma série de monges procurou refugio no Condado Portucalense. Em 22 de Fevereiro de 994, o Abade Randulfo, que viera da Terra de St^a. Maria, fugindo das incursões de al-Mansur, doou vários dos seus bens ao Mosteiro de Paço de Sousa, onde se recolhera⁶³.

Mas, de todas as campanhas de al-Mansur, as que mais nos interessam – porque afetaram diretamente o vale do Douro – são as campanhas de Aguiar e de Compostela.

A Campanha de Aguiar ocorreu nos finais de 995 e o *Dikr bilad al-Andalus* regista-a com as seguintes palavras: “*La cuadregesimosexta [campanha], la de Galicia y Aguilár, en la que conquistó la ciudad de Aguilár, matando a veinte mil cristianos y apresando cincuenta mil.*”⁶⁴.

Os números apresentados não nos devem impressionar, porque têm de ser perspetivados no seio de um texto com fins claramente laudatórios, estando por isso visivelmente empolados. Mas a campanha do Castelo de Aguiar causou vivo impacto nas comunidades de então, a ponto de também ter sido memorizada em alguns anais cristãos. No *Chronicon Conimbricense* regista-se: “*Era M^a. XXXIII^a III^a [sic] sepe Almançor*

castellum Aquilar quod est in ripa de sausa provincia portucalensi”⁶⁵.

Por seu turno, a *Chronica Gothorum* refere: “*Era MXXXIII Almanzor cepit Castellum de Aguilar, quod est in ripa Sause in Portucalensi provincia.*”⁶⁶.

Esta insistência dos anais cristãos, sempre tão parcimoniosos nas suas memórias, em registar os eventos em torno do Castelo de Aguiar espelha bem a relevância de que, aos olhos da época, o acontecimento se revestira. A esmagadora maioria dos autores identifica este “castelo de Aguiar” com o Castelo de Aguiar de Sousa (conc. Paredes), que controlava um dos meandros do rio Sousa e o ponto de passagem da via medieval. Mas a identificação não está isenta de dúvidas. António Lima sugeriu, recentemente, que fosse antes o Castelo de Aguiar de Montemuro⁶⁷. No entanto, as referências à Galiza (no *Dikr bilad al-Andalus*) e, sobretudo, à província Portucalense e às margens do rio Sousa (nos dois registos analísticos cristãos) recomendam que se continue a considerar como mais plausível a localização na margem Norte do Douro⁶⁸. E, essa circunstância ajuda a compreender o motivo por que as fontes islâmicas tiveram tanto empenho em exaltar o feito militar, empolando os números dos efetivos cristãos mortos ou aprisionados até valores inverosímeis, mas também o motivo por que as instituições cristãs lhe reservaram um lugar especial nas suas memórias. É que era a primeira vez que, neste extremo ocidente, os exércitos de al-Mansur tinham conseguido ultrapassar de novo a barreira do vale do Douro, demonstrando uma enorme capacidade ofensiva.

Dois anos mais tarde voltariam a fazer o mesmo, e desta vez ainda com maior audácia: atacando o santuário de Santiago de Compostela, que conquistam a 10 de agosto de 997. Nas palavras do *Dikr bilad al-Andalus*,

La cuadregesimooctava [campanha], la de Santiago, que es la ciudad de Jacob, el hijo de José el comerciante, del que dicen los cristianos que era el esposo de María;

60 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 199. Este feito militar foi igualmente registado nos anais cristãos, nomeadamente no *Chronicon Conimbricense*, no *Chronicon Complutense* e na *Chronica Gothorum*.

61 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 200. Acontecimento também referido no *Chronicon Conimbricense*, na *Chronica Gothorum* e no *Chronicon Lemecense*.

62 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 202. Também memorizado pelas fontes analísticas cristãs, nomeadamente no *Chronicon Conimbricense* e no *Chronicon Complutense*. Sobre o Castelo de Montemor-o-Velho e os seus vestígios mais antigos veja-se BARROCA, 2005: 111-126.

63 PMH, DC 169 = LTPS 132.

64 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 203.

65 *Chronicon Conimbricense*, versão longa – PMH, Script.: 4.

66 *Chronica Gothorum* – PMH, Script.: 9.

67 Cf. LIMA, 2008: 165-174; LIMA, 2010-2011: 102.

68 Devemos ressaltar, em abono da verdade, que o conceito de *Yilli-qiya*, a Galiza, foi utilizado por Ibn Idari, no *al-Bayan al-Mugrib*, como sinónimo de todo o território do Noroeste peninsular dominado por forças cristãs. Por isso ele declara, a propósito da incursão de 877, que Ibn Malik penetrou na “Galiza” pela “Porta de Coimbra”; e, ao tratar da expedição de al-Mansur, em 997, escreve que Viseu era a “capital da Galiza” (cf. IBN IDARI, 1904: vol. II, 169 e 492). Mas as referências a Portucalense e ao rio Sousa não são ambíguas.

*en esa ciudad está su tumba. Arrasó la ciudad y destruyó el monasterio, pero no tocó en la tumba.*⁶⁹

Ibn Idari, no *al-Bayan al-Mugrib*, redigido por volta de 1312 mas socorrendo-se de fontes mais antigas, fornece muitos e importantes pormenores⁷⁰. Por ele sabemos que al-Mansur partiu de Córdova a 3 de julho de 997, à frente de um exército que se deslocou por terra, ao mesmo tempo que outros efetivos militares se organizaram em Alcácer do Sal e se deslocaram por mar até ao rio Douro. O itinerário terrestre passou por Cória e atingiu Viseu. Aqui “*um grande número de condes que reconheciam a sua autoridade e que se apresentaram com os seus guerreiros*” estabeleceu um acordo e integrou-se no exército de al-Mansur, poupando assim a urbe visense à violência. A coluna militar muçulmana, engrossada com os efetivos cristãos, dirigiu-se depois para Lamego que, na ausência de acordo, foi conquistada pelas armas. Seguindo pelo vale do Douro, o exército de al-Mansur reuniu-se com os efetivos que se tinham deslocado por mar a partir de Alcácer do Sal e que tinham penetrado no Douro, passando pelo Porto e subindo o rio. As embarcações serviram para a travessia do rio e, uma vez na margem direita, os contingentes militares muçulmanos dirigiram-se para Norte, internando-se em território hoje galego a partir da zona de Valadares. Depois da destruição e do saque de Santiago de Compostela, al-Mansur empreendeu a viagem de regresso, voltando a passar por Lamego, onde se despediu dos condes cristãos que o apoiaram e repartiu com eles o saque de guerra. E, daqui, dirigiu-se de novo para Córdova.

As sucessivas campanhas de al-Mansur permitiram que as forças muçulmanas recuperassem o domínio de quase todo o espaço a Sul do Douro. A campanha de 987 colocou termo ao Condado Conimbricense, a de 997 assegurou o domínio da margem esquerda do Douro. Com exceção da *Terra de Santa Maria*, as restantes áreas a sul do rio voltaram à posse muçulmana. A campanha de 997 permitiu o controle de Lamego, de Cárquere, de S. Martinho de Mouros. E, se tal já não tinha acontecido antes, permitiu controlar os dez castelos que em 960 D. Flamula Rodrigues entregara ao Mosteiro de Guimarães. Inaugurava-se um segundo domínio muçulmano sobre a zona da Beira, que se prolongaria até às campanhas militares de Fernando

Magno (1057-1064). Esta nova fase traduziu-se num reforço da islamização deste espaço. A onomástica dos diplomas da época espelha bem esse derradeiro esforço para integrar o espaço beirão no seio do al-Andalus. É provavelmente com esta fase que devemos associar uma série de topónimos de influência árabe que se registam no vale do Douro.

Para além dos casos de Arrábida e de Mafamude, que já abordamos, encontramos muitos outros topónimos de origem muçulmana. O nosso levantamento, realizado a partir das cartas militares (1:25.000), permitiu recolher 76 de topónimos, que agrupamos em cinco conjuntos:

1 - Topónimos relacionados com antropónimos:

Derivados de *Mahâmud*: 1 - Mafamude (Aldoar, Porto); 4 - Mafamude (V. N. Gaia); 36 - Moumis (Paús, Resende); 56 - Mafomedes (Stª. Marta de Penaguião).

Derivados de *al-Mansûr*: 8 - Mansores (Arouca); 11 - Almançor (Castelo de Paiva); 73 - Maçores (Torre de Moncorvo).

Derivado de *Abû abd Allâh*: 30 - Aboadela (Amarante); 31 - Aboadela (Lamego).

Derivado de *Marwân*: 51 - Marvão (Loureiro, Peso da Régua); 70 - Quinta de Marvão (Numão).

Derivado de *Hazam*: 39 - Fazamões (Resende).

Derivado de *ben Huda*: 46 - Penude (Lamego).

Derivado de *al-Muzaffar*: 57 - Almodafa (Tarouca).

Derivado de *Mûza*: 63 - Murça (Murça); 69 - Murça (Numão).

Derivado de *Nu'mân*: Numão (Freixo de Numão).

2- Topónimos relacionados com corónimos ou outros topónimos:

Derivado de *qurayxii*, tribo dos Coraixitas, a que pertencia Maomé: 12 - Coreixas (Penafiel).

Derivado de *muwallad*, muladi: 17 - Moldes (Arouca).

Derivado de outros topónimos: 37 - Massorra (Resende); 40 - Córdova (Resende); 65 - Marzagão (Carrazeda de Anciães); e, não cartografados: Marrocos (Armar); Sevilha (Tabuaço).

3 - Topónimos relacionados com estruturas construídas (religiosas, militares, etc) ou com unidades de povoamento:

Derivado de *ar-râbita* ou *ribât*, convento fortificado: 2 - Arrábida (Porto); 10 - Raiva (Castelo de Paiva); 22 - Arribada (Cinfães).

69 *Dikr bilad al-Andalus*, 1983: 201-202.

70 IBN IDARI, 1904: vol. II, 491 a 495. António Borges Coelho publicou uma versão portuguesa da tradução de Edmond Fagnan - cf. COELHO, 1972: 256-262.

Derivado de *masjid*, “mesquita”: 5 - Mejide (Canelas, V. N. Gaia); 18 - Mexide (Vila Boa do Bispo, Marco de Canavezes); 59 - Meixedo (Armamar). E ainda: 21 - Mesquinhata (Baião); 32 - Mesquita (Baião); 44 - Mesquitela (Lamego); 52 - Mesquinhata (Lamego); 75 - Mesquita (Freixo de Espada à Cinta, duas vezes).

Derivado de *al-maqabarâ*, “cemitério”: 54 - Almacaive (Lamego).

Derivado de *al-kabr*, “túmulo”: 3 - Alquebre (V. N. Gaia).

Derivado de *al-muhalla*, “acampamento”: 23 - Almo-frela (Baião); 55 - Almofala (Castro Daire); 58 - Almofala (Tarouca); 74 - Almofala (F. Cast. Rodrigo).

Derivado de *hisn*, “castelo”: 62 - Vale d’Asnas (Armamar).

Derivado de *al-hasârîn*, “as duas cercas”: 28 - Lazarim (Baião); 47 - Lazarim (Resende).

Derivado de *fasil*, “muralha baixa”: 25 - Freigil (Resende).

Derivado de *al-kauç*, “o arco”: 60 - Alcouce (Armamar).

Derivado de *al-kariya*, “aldeia” – 41 - Alcarias (Peso da Régua); e, não cartografada: Alcaria (Tarouca).

4 - Topónimos relacionados com vegetação ou fauna:

Derivado de *al-hinnâ*, “arbusto”: 6 - Alfena (Erme-sinde).

Derivado de *ar-rayhanat* ou *ar-ryhâna*, “murta”: 13 - Arrifana de Sousa (hoje Penafiel); 34 - Arrifana (Resende); 35 - Arrifana (Cárquere, Cinfães).

Derivado de *al-qattan*, “campo de linho”, ou de *al-kaddân*, “tufo calcário”: 9 - Alqueidão (Paredes); 53 - Alqueidão (Peso da Régua).

Derivado de *al-qurâ*, “abóbora”: 24 - Aboboreira (Baião).

Derivado de *xâhim*, “falcão real”: 15 - Chaim (Marco de Canavezes).

Derivado de *al-gurâb*, “o corvo”: 48 - Angores (Lamego).

5. Outros:

Derivado de *al-bi'r*, “fonte”: 7 - Alvre (Paredes). De *al-mârid*, “rebelde”: 14 - Almarde (Castelo de Paiva). De *sâm ardûn*, “buraco na terra”: 16 - Samardã (Penafiel). De *manîf*, “monte alto”: 19 - Manhufe (Amarante). De *al jurâ*, “coragem”: 20 - Algereu (Cinfães). De *mâ-ûma*, “zona alagada”: 26 - Miomães (Resende). De *halifa*, “sucessor”: 27 - Faifa ou Falifa (Castro Daire). De *muwalâ*,

“senhor”: 29 - Molares (Baião); 45 - Molães (Resende). De *Karkar*: 33 - Cárquere (Cinfães). De *al-awf*, “o fiel”: 38 - Alufinha (Resende). De *mâ al-gayz*, “água da ira”: 42 - Mageija (Lamego); 43 - Magueijinha (Lamego); De *malikûn*, “soberanos”: 49 - Melções (Lamego). De *la'îm*, “vil”: 50 - Lalim (Lamego). De *galla hurr*, “colheita abundante”: 61 - Galafura (Armamar). De *nagaza*, “semear a discórdia”: 64 - Nagozelo do Douro (S. João da Pesqueira). De *zâyidî*, “abundante”: 66 - Zedes (Carrizada de Ansiães). De *samura*, “castanho”: 67 - Samorinha (Carrizada de Ansiães). De *muxaqât*, “estopas”: 71 - Muxagata (V. N. Foz Côa). De *al-mamtar*, “manto”: 72 - Almendra (V. N. Foz Côa). De *ma'zûqa*, “terra para sementeira”: 76 - Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta).⁷¹

Os topónimos elencados apresentam uma distribuição cartográfica muito interessante⁷², revelando uma significativa concentração na zona central do curso português do Douro, correspondendo, grosso modo, à zona de Lamego, Resende e Cinfães, tocando a montante a área de Armamar e a Sul a zona de Tarouca. Uma zona que sentiu, diretamente, a ação militar de al-Mansur, se não noutras campanhas pelo menos nas de 995 e de 997. Não será, afinal, esta cartografia de topónimos um espelho do interesse que as forças muçulmanas colocaram na fronteira do vale do Douro, que dominaram de novo ao longo de toda a primeira metade do século XI?

A corroborar a nova dinâmica que a ocupação islâmica do território a Leste de Montemuro conheceu na primeira metade do século XI atente-se no Castelo de S. Martinho de Mouros (Resende), onde encontramos alguns dos escassos testemunhos arqueológicos de época islâmica no vale do Douro. Com efeito, José Augusto Maia Marques publicou, em 1987, uma pequena peça em bronze, procedente do Castelo de S. Martinho de Mouros (ou, como alguns autores designam, o Castro de Mogueira), que interpretou como sendo um espigão de um capacete romano, de bronze, com paralelos próximos no Capacete II de Castelo de Neiva e no Capacete de Lanhoso⁷³. O achado, de superfície, aparecia contextualizado por “*cerâmicas indígenas*” e

71 Para além das folhas da Carta Militar de Portugal à escala 1:25.000, socorremo-nos igualmente de MACHADO, 1991; ALVES, 2013; SERRA, 1967; e VIEIRA, 2005: 53-67.

72 Agradecemos ao Dr. Miguel Nogueira, da Oficina do Mapa (FLUP), o empenho colocado na realização do mapa que acompanha este texto.

73 MARQUES, 1987: 287-289.

os paralelos tipológicos convocados levaram aquele autor a atribuir a peça a um capacete de tipo “Montefortino B”, datando-o do período “que vai das campanhas de D. Júnio Bruto (138/136 a.C.) até ao início da dinastia dos Flávios (69 d.C.)”. O Castro de Mogueira foi referido em diversos estudos, sempre associado ao povoamento antigo, em torno de um santuário rupestre. Pela nossa parte, em vários estudos valorizamos os testemunhos relacionados com o importante castelo e com o povoado da Idade Média. Em 2009, Maria João Correia dos Santos realizou escavações arqueológicas, cujos resultados divulgou três anos mais tarde⁷⁴. Segundo a autora, os trabalhos realizados revelaram “*três momentos de ocupación, entre el siglo X-XI y el siglo XII, correspondientes, por tanto, unicamente a época medieval*”⁷⁵. Ou seja, na zona da “acrópole” só se registam testemunhos medievais. Entre os materiais recolhidos salientamos um conjunto de pontas de seta para tiro com arco⁷⁶, diversos ferros e abundante cerâmica. Entre esta, e para além de fundos em disco e de fragmentos decorados com cordões plásticos, assinala-se a presença de “*algunos fragmentos con vidrado melado*”, sobre os quais, infelizmente, a autora pouco adiantou, dizendo apenas serem escassos⁷⁷. Pela descrição e cronologia, deverão ser fragmentos da abundante série dos vidrados melados andaluzes, sendo, portanto, um elemento precioso para o estudo da ocupação muçulmana de S. Martinho de Mouros, entre 997 e 1057. Como se sabe, nesta época o mundo cristão, do Norte, não domina a técnica do vidrado. Ora, é precisamente neste contexto que se deve reclassificar o “espigão de capacete” do Castro de Mogueira, que mais não é do que um dedal mitriforme, muçulmano, com paralelos tipológicos bem conhecidos⁷⁸. O seu achado, associado às cerâmicas medievais, aos vestígios do castelo, aos abundantes testemunhos de um importante *habitat* rupestre e ainda a uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha, reflete a importância da ocupação medieval deste morro sobranceiro ao rio Douro. Recordemos que os registos analíticos cristãos referem

a conquista definitiva de S. Martinho de Mouros por Fernando Magno, no âmbito da chamada Campanha das Beiras, no ano de 1057 ou 1058, algures entre a conquista de Lamego (27 ou 29 de Novembro de 1057) e a conquista de Viseu (25 de Julho de 1058), na mesma altura em que a coroa leonesa recupera os castelos de Cárquere, de Tarouca, de Travanca e de Penalva⁷⁹. A conquista de S. Martinho de Mouros foi secundada pela outorga de novos foros aos seus habitantes. Lado a lado com os foros dados pelo mesmo monarca a Linhares, Ansiães, Penela da Beira, Paredes da Beira e S. João da Pesqueira, os foros de S. Martinho de Mouros são dos primeiros a registar a presença da Cavalaria Vilã. Estes foros, infelizmente desaparecidos, foram confirmados por D. Teresa, em 1 de março de 1121, onde se menciona que Fernando Magno dera “... esse castelo com este foro ao alvazil dom Sesnando ...” e se referem os lavradores “... aos quaes deu elrey dom Fernando [o foro] quando saírom os mouros de Sam Martinho ...”⁸⁰.

Com esta campanha militar, que se iniciou em 1057 e que culminou, sete anos mais tarde, na conquista definitiva de Coimbra, em 1064, terminava a presença muçulmana no vale do Douro. Mas terminavam as pretensões islâmicas sobre esta zona? Certamente que não. Ainda no século XII o bispo D. Pedro Pitões, no sermão que fez aos Cruzados que aportaram à cidade do Porto e aceitaram, depois, auxiliar D. Afonso Henriques no cerco e conquista de Lisboa, referia que uns sete anos antes – portanto por volta de 1140 – os muçulmanos tinham atacado a Sé do Porto e levado os sinos, os paramentos e os vasos sagrados⁸¹. O movimento militar encabeçado por Fernando Magno, entre 1057 e 1064, colocou termo à presença estável dos muçulmanos no vale do Douro. Nesse sentido, ele encerra uma época. Mas não conseguiu afastar de vez o espectro das incursões militares, que só o domínio do vale do Tejo, a partir de 1147, conseguiria impor de forma mais consistente.

74 SANTOS, 2012: 455-496.

75 SANTOS, 2012: 462.

76 Significativamente registemos a ausência de pontas de dardo, para tiro com besta, o que está de acordo com os dados conhecidos para a difusão desta arma no Ocidente.

77 SANTOS, 2012: 468.

78 Conhecem-se detalhes de tipologia idêntica em várias estações arqueológicas do Sul. Citemos apenas Mértola, uma das mais emblemáticas – cf. MACIAS 1996: 88 e Fig. 3.32.

79 *Chronica Gothorum* – PMH, Script.: 9-10.

80 DMP, DR 57.

81 *Conquista de Lisboa*, 2001: 66-67.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes Documentais:

Conquista de Lisboa (2001) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Ed. de Aires Augusto Nascimento com Introdução de Maria João Violante Branco. Lisboa: Vega Edições

CMM (2003) - *Cartulário de D. Maior Martins - Século XIII*. Ed. de Filomeno Amaro Soares da Silva. Arouca

COELHO, António Borges (1972) – *Portugal na Espanha Árabe*. Vol. II. Lisboa: Seara Nova

Dikr bilad al-Andalus (1983) – *Una Descripción Anónima de al-Andalus (Dikr bilad al-Andalus)*. Ed. de Luis Molina. Madrid

DMP, DR (1958) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. 1, *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Academia Portuguesa de História

Fath al-Andalus (2002) - *La conquista de al-Andalus (Fath al-Andalus)*. Ed. de Mayte Penelas. Madrid: CSIC

IBN HAYAN (1981) – *Crónica del Califa Abdarrahman III na-Nasir entre los Años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Trad. de Maria Jesús Viguera e Federico Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones

IBN HAYAN (2001) - *Crónica de los Emires Alhakam I y Abdarrahman II entre los anos 796 y 847 (al-Muqtabis II.1)*. Trad. de Mahmud Ali Makki e Federico Corriente. Zaragoza

IBN IDARI (1904) - *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée al-Bayano l'Mogrib*. Vol. I, Ed. de R. Dozy. Vol. II, trad. francesa e notas de E. Fagnan. Alger: Imprimerie Orientale Pierre Fontana

LP (1999) – *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Ed. Ave-lino de Jesus da Costa, Maria Teresa Veloso e António Augusto Rodrigues. Coimbra: IU

LTPS (2015) – *Livro de Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*. Ed. crítica de Filipa Lopes e Maria João Oliveira e Silva. *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. V, *Diplomata et Chartae – Chartularia*. Lisboa: Academia das Ciências

PMH, DC (1867-1873) – *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências

PMH, Script. (1856-1861) – *Portugaliae Monumenta Historica – Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências

Estudos:

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) - *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho. Das Origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese complementar de doutoramento.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; e LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1981-82) – *Eja. A Civitas e a Igreja de S. Miguel*, «Portugalia», Nova Série, vol. II/III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 131-133

ALVES, Adalberto (2013) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: INCM

ANDRADE, Monteiro de (1943) - *Plantas Antigas da Cidade (Século XVIII e primeira metade do século XIX)*, Col. «Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto», vol. XI. Porto: Câmara Municipal do Porto

AZEVEDO, Pedro de (1898) - *O Território de Anégia*, «O Archeólogo Português», 1ª Série, vol. 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 208-215

AZUAR RUIZ, Rafael (2004) – *El ribât en al-Andalus. Espacio y funcion*, «Illu Revista de Ciências de las Religiones», Anexo X. Madrid, p. 23-38

AZUAR RUIZ, Rafael (2004a) – *Fouilles de la Râbita de Guardamar. I. El ribat califal. Excavaciones y Investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velazquez

AZUAR RUIZ, Rafael (2005) – *Piratería y Râbitas en la formación del Sharq al-Andalus*, «Arqueologia Medieval», vol. 9. Porto-Mértola, p. 147-159

BARROCA, Mário Jorge (1990-91) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, «Portugalia», Nova Série, vol. XI-XII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 89-136

BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Da Reconquista a D. Dinis – 1095-1325*, in MATTOSO, José (Coord. de), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 21-161

BARROCA, Mário Jorge (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XII)*, «Portugalia», Nova Série, vol. XXV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 181-203

BARROCA, Mário Jorge (2005) – *O Castelo de Montemor-o-Velho (Séc. IX a XIII)*, in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord. de), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séc. VIII a XIII)*. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universida-

de do Porto, p. 111-126

BARROCA, Mário Jorge (2016) - *Prope Litore Maris: O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (Séculos IX a XII)*, in *Atas do Colóquio: Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*, Porto: Universidade Católica Portuguesa (no prelo)

BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Coord. de) (2005) - *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto

BARROCA, Mário Jorge; SANTOS, Maria José Ferreira dos (2006) - *O candil califal de Pedrante (Croca, Penafiel)*, in *Al-Ándalus, Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 310-317

BARROS, Henrique da Gama (1954) - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., vol. 11. Coimbra

CARNEIRO, Sérgio; GOMES, Ana (2005) - *Candis e trempes islâmicos do Museu da Região Flaviense, «Aquae Flaviae»*, vol. 33. Chaves: Câmara Municipal de Chaves: p. 108-111, 163-164 e 191-192

DE MAN, Adrian; TENTE, Catarina Tente (Coord. de) (2014) - *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal (Séculos IX a XII)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais

FERNANDES, A. de Almeida (1962) - *Os ermos da Foz do Douro, «O Tripeiro»*, VIª Série, Ano II, Nº 7. Porto

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (coord. de) (2007) - *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur e Município de Aljezur

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; e TENTE, Catarina (Coord. de) (2011) - *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1989) - *Mahamud: Algumas dificuldades na fixação da biografia de um guerreiro berbere do al-Garb al-Andalus*, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, p. 107-118

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2014) - *Mafamude:*

de freguesia rural a sede do município de Vila Nova de Gaia, «Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia», nº 74. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia, p. 5-24

LIMA, António Manuel Carvalho (1999) - *O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, in BARROCA, Mário Jorge (Coord. de), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 399-413

LIMA, António Manuel Carvalho (2008) - *A importância estratégica do Vale do Sousa na “reconquista”*. *Proposta para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos, «Oppidum»*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p. 165-174

LIMA, António Manuel Carvalho (2010-11) - *Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da Monarquia Asturiana, «Portvgalia»*, Nova Série, vol. 31-32. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 83-114

LIVERMORE, Harold V. (1982) - *O Baixo Douro no século IX. A colónia de Mahmud Ibn Cabd Al-D-jabbar*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 145-152

LOPES, David (1968) - *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Coletânea organizada por José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa

MACHADO, José Pedro (1991) - *Vocabulário Português de Origem Árabe*. Lisboa: Editorial Notícias

MACIAS, Santiago (1996) - *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola

MARQUES, José Augusto Maia (1987) - *Espigão de Capacete do Castro de Mogueira*, «Revista da Faculdade de Letras. História», 2ª Série, vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 287-289.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; e ANDRADE, Amélia Aguiar (1993) - *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e documentos*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo da Feira

MOLINA, Luis (2015) - *Sobre el autor del Dikr Bilad al-Andalus, «al-Qantara»*, vol. 36 (1). Madrid: CSIC, p. 259-272

MOREIRA, Domingos A. (1974) - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 35 (1-2). Porto: Câmara Municipal do Porto

MOREIRA, Domingos A. (1985-86) – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 2ª Série, vol. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto

PIEL, Joseph M. (1951) – *Como nasceu o nome da freguesia de Mafamude*, «Revista Portuguesa de História», vol. V. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 283-286

SANTOS, Maria João Correia dos (2012) – *La arqueología, lo imaginario y lo real. El santuario rupestre de Mogueira (São Martinho de Mouros, Portugal)*, «Madrider Mitteilungen», vol. 53. Madrid: Instituto Arqueológico Alemão, p. 455-496

SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do*

território (875-1308), «Cadernos do Museu», vol. 10. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel

SERRA, Pedro Cunha (1967) – *Contribuição Topo-Antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu de Sanfins. Tese de Doutoramento

VIEIRA, Marina Afonso (2005) – *Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a sul do Douro*, in BARROCA, Mário Jorge; e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord. de), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Porto-Palmela: Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Câmara Municipal de Palmela, p. 53-67

ILUSTRAÇÕES:

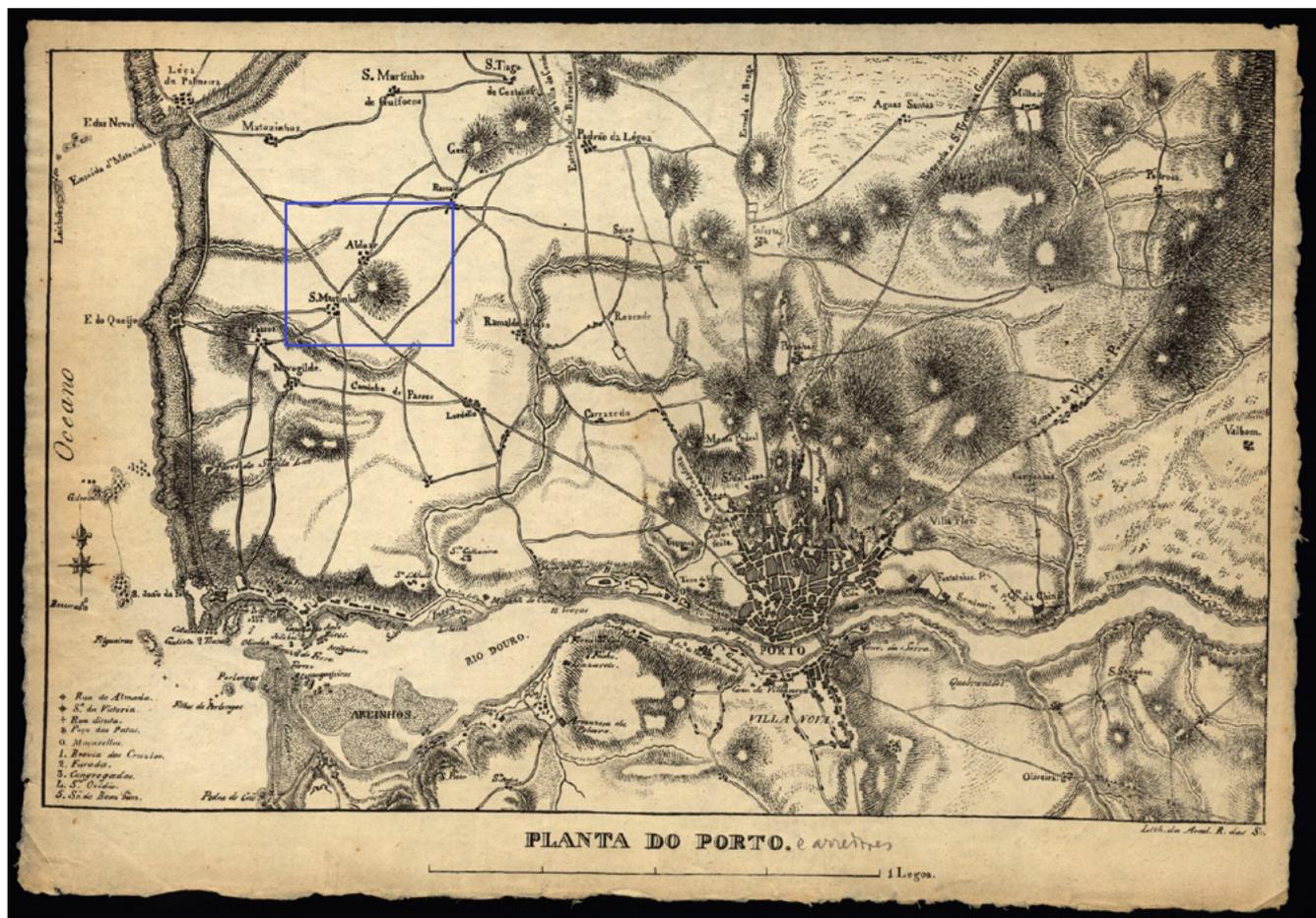


FIG. 1 – “PLANTA DO PORTO” DE C. 1806-1809 (REEDITADA PELA “LITH. DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS”) ASSINALANDO-SE A ZONA DE ALDOAR.



FIG. 2 – PROMONTÓRIO DA ARRÁBIDA, PORTO (FOTO M. J. BARROCA).

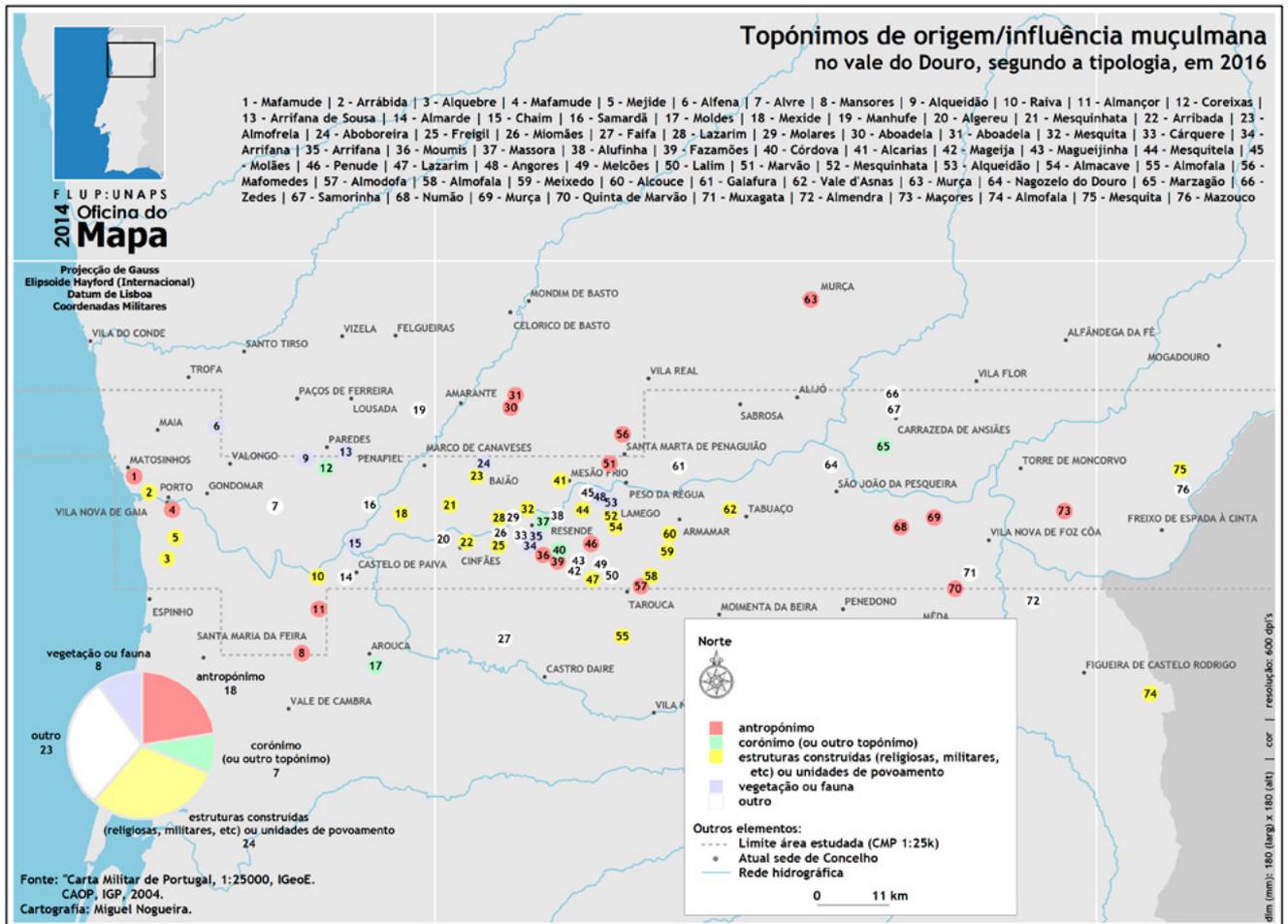


FIG. 3 – MAPA «TOPÓNIMOS DE ORIGEM/INFLUÊNCIA MUÇULMANA NO VALE DO DOURO» (LEVANTAMENTO DE MÁRIO J. BARROCA; CARTOGRAFIA DE MIGUEL NOGUEIRA/OFCINA DO MAPA, FLUP).



FIG. 4 – CASTELO DE S. MARTINHO DE MOUROS (FOTO M. J. BARROCA).

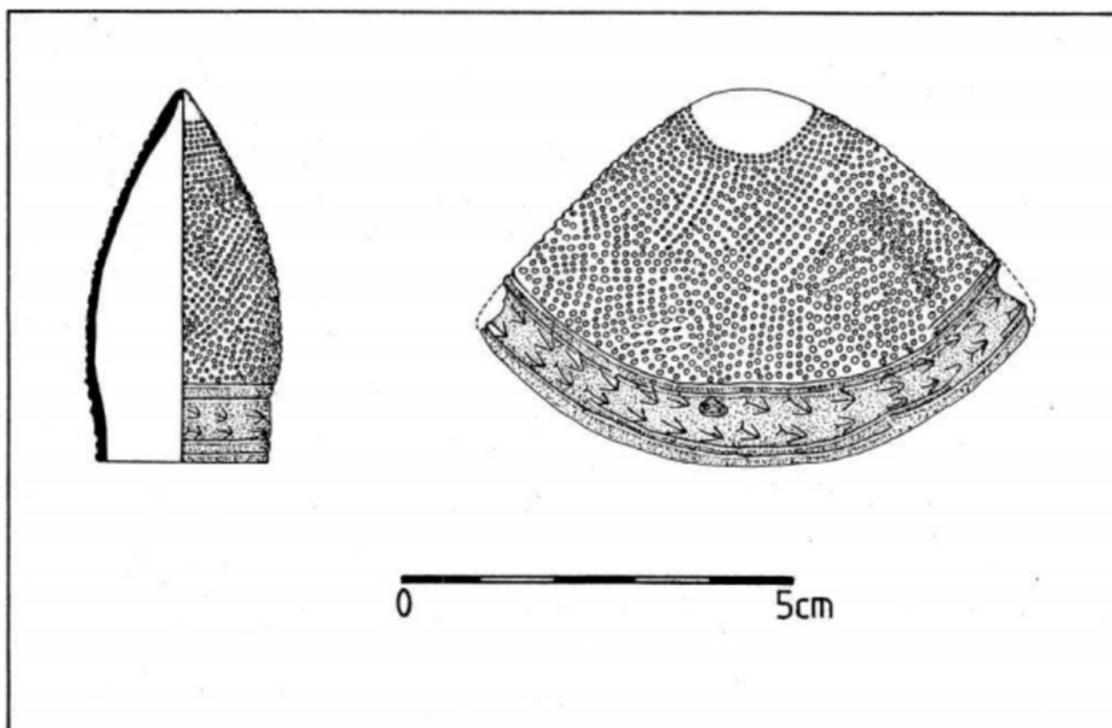


FIG. 5 – DEDAL MITRIFORME DO CASTELO DE S. MARTINHO DE MOUROS (DESENHO DE J. A. MAIA MARQUES, 1987).